

A Responsabilidade social na formação do bibliotecário brasileiro

Marielle Barros de Moraes
Elaine de Oliveira Lucas

RESUMO

Evidencia a importância de pesquisas em torno dos currículos escolares dos cursos de Biblioteconomia, com o objetivo de compreender os saberes e as práticas contempladas nos mesmos. O texto toma como eixo analítico as temáticas da organização e mediação da informação presentes nos textos concernentes à formação de bibliotecários no Brasil. Portanto, analisa os documentos do Ministério da Educação (MEC) e da Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação (ABECIN), referentes aos novos modelos formativos de bibliotecários, tentando visualizar se, em seu conteúdo, estão contempladas questões referentes à responsabilidade social. Os resultados afirmam que estão sendo cada vez mais importantes que os conteúdos relativos à ética e à responsabilidade social estejam contemplados nas mais diversas disciplinas de formação do bibliotecário, mas não uma responsabilidade social que é praticada pela maioria dos empresários, mas sim, voltada para os usuários.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de bibliotecários. Mediação da informação. Organização da Informação. Responsabilidade social.

1 Introdução

O uso do conceito de responsabilidade social no meio empresarial possui suas raízes no período que se convencionou denominar de Revolução Industrial, a qual vem ocasionando diversas mudanças societais e nos processos laborais desde o seu surgimento. Ashley (2003) afirma que a evolução da responsabilidade social corporativa era prerrogativa do Estado, nos Estados Unidos e na Europa; todavia, a ética e a responsabilidade social eram aceitas como doutrinas até o século XIX, quando o direito de conduzir negócios de forma corporativa era privilégio do Estado, ou da Monarquia, e não um interesse privado. As corporações de capital aberto recebiam alvarás apenas se fizessem o compromisso de realizar benefícios públicos, como a exploração e a colonização do Novo Mundo. Podemos perceber que, embora o conceito de responsabilidade social possua raízes no século XVIII, foi somente a partir do fim dos anos de 1960 que a ética empresarial começa a se desenvolver, de modo especial, nos Estados Unidos. Em 1980, a reflexão sobre a ética nos negócios adentra nos muros das academias, inclusive, sendo aberto em *Wall Street*, sob a direção dos jesuítas, um centro de reflexão moral para os banqueiros e bolsistas católicos.

Nas últimas décadas, o tema da responsabilidade social está na ordem do dia das empresas, da mídia e da própria sociedade. Não são raras as vezes que nos defrontamos, nas mais variadas redes sociotécnicas, com os discursos acerca da responsabilidade social de determinadas empresas, as quais incluem responsabilidade com o meio ambiente, com a sociedade, com os seus empregados, com os consumidores, com o Estado e com os acionistas, os denominados *stakeholders*. Podemos, pois, perceber que a maior utilização deste conceito ocorreu devido às consequências que o avanço do capitalismo vem causando na sociedade, desde o advento do que se convencionou denominar de período moderno, principalmente, com o avanço da globalização. Todavia, foi apenas a partir da década de 1950 que as empresas passaram, de forma mais acentuada, a buscar alternativas que têm por objetivo modificar a visão social acerca dos problemas que elas acarretam no âmbito da sociedade e do meio ambiente como um todo.

Nesse contexto, cabe buscar algumas reflexões acerca da responsabilidade social do bibliotecário, o que vem sendo feito em alguns eventos da área de Ciência da Informação no Brasil, mas não apenas em relação ao bibliotecário - tido como um dos profissionais que trata a informação -, mas alcançando, também, arquivistas e ainda museólogos, os quais, em conjunto, são denominados de profissionais da informação. Estas indagações atuarão, neste artigo, como fios condutores da articulação do nosso

pensamento; todavia, não buscamos com elas as suas respostas definitivas. As discussões que realizamos buscam compreender os seguintes questionamentos: como se apresentam os conteúdos relativos à responsabilidade social do bibliotecário nos documentos elaborados no âmbito do Ministério da Educação (MEC) e da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN)? Como os conteúdos relativos à responsabilidade social vêm sendo abordados nas discussões relativas à organização e disseminação da informação nos referidos documentos? De que forma a temática da responsabilidade social poderia estar contemplada nos currículos dos cursos de Biblioteconomia no Brasil?

Para os propósitos deste artigo, refletimos acerca do conceito de responsabilidade social, numa tentativa de buscar um fio condutor que nos leve ao entendimento de como esta temática deságua na formação de bibliotecários na contemporaneidade, tendo em vistas apontar alguns caminhos para se pensar a responsabilidade social no âmbito dos currículos de formação de bibliotecários no Brasil. Para tanto, procederemos à análise de conteúdo dos documentos do MEC e da ABECIN, para a formação de bibliotecários, a qual se constitui, conforme Berelson¹ (1954 apud BARDIN, 1979, p. 18) numa “[...] técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa [mas também qualitativa] do conteúdo manifesto da comunicação [...]”, tendo em vistas perceber como a temática da responsabilidade social deságua nos conteúdos referentes às disciplinas relacionadas à organização e à mediação da informação.

■
¹ BERELSON, B. Content Analysis. In: LINDZEY, G. (Org.). **Handbook of Social Psychology**. Cambridge: Addison-Wesley Publishing Co., 1954.

2 Responsabilidade social

A literatura acerca da responsabilidade social corporativa/em-presarial, embora seja relativamente recente, oriunda da segunda metade do século XX, é bastante ampla. Em nossas primeiras investigações acerca do conceito, encontramos as discussões de Ashley (2003, p. 6) a qual afirma que a primeira referência ao tema da responsabilidade social é a de Howard Bowen, em um estudo publicado em 1953, nos Estados Unidos e, portanto, aparentemente, pode-se dizer que o termo responsabilidade social foi cunhado por ele. Para Bowen² (1953 apud ASHLEY, 2003, p. 6) o termo responsabilidade social significa “[...] um comprometimento que uma organização deve ter com a sociedade como um todo, ou com uma comunidade, especificamente, de modo a prestar contas com a sociedade.” Portanto, as ações das empresas numa determinada comunidade seriam muito mais uma espécie de prestação de contas do que mesmo uma benesse voluntária à sociedade por ela ter legitimado a presença das corporações.

Numa visão contrária e numa perspectiva de criticidade em

■
² BOWEN, H. R. **Social responsibilities of the businessman**. Nova Iorque: Harper & Brothers Publishers, 1953.

relação àquela de Bowen (1953), encontramos Belizário e Lopes (2004)³, afirmando que “[...] relações públicas e responsabilidade social formam, juntas, uma estratégia de dissimulação, pois constroem o adjetivo da responsabilidade, disfarçado de revelação do real, a fim de dissimular a intenção do lucro.” Ou seja, a responsabilidade social empresarial refere-se muito mais a uma forma de as empresas escamotear o que elas vêm fazendo há muito no meio ambiente, e na sociedade como um todo; a saber, refere-se a uma forma de esconder as reais intenções das empresas na sociedade. Todavia, esta visão mais crítica não é unânime na literatura da área e, numa perspectiva contrária às anteriormente citadas, encontramos a de Milton Friedman (1988, p. 120) para quem:

Há poucas coisas capazes de minar tão profundamente as bases de nossa sociedade livre como a aceitação, por parte dos dirigentes das empresas, de uma responsabilidade social que não a de fazer tanto dinheiro quanto possível para seus acionistas. Trata-se de uma doutrina fundamentalmente subversiva. Se os homens de negócios têm outra responsabilidade social que não a de obter o máximo de lucro para seus acionistas, como poderão eles saber qual seria ela? Podem decidir sobre que carga impor a si próprios e a seus acionistas para servir ao interesse social?

Portanto, podemos perceber que, para este autor, a responsabilidade social deveria ser realizada de forma livre, no entanto, a única responsabilidade que a empresa deve ter é para com os seus acionistas; nesse sentido, os objetivos de uma empresa é gerar lucros e cumprir a lei e, como ela não é um ser humano (mas uma corporação), aos empresários não pode ser atribuída nenhuma responsabilidade, mas sim à corporação, pois esta se tornou uma pessoa jurídica. Foi nesse período que ficou famosa a expressão de Margareth Thatcher “a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais” e, acrescentou depois, suas famílias. Nesse ínterim, podemos afirmar que, no período da implementação de uma nova configuração político-social e epistemológica no período do pós-guerra, denominada por alguns, de neoliberalismo, *pari passu* a solidariedade social foi substituída pelo individualismo, pela propriedade privada, pela responsabilidade individual, pelos valores familiares, pela liberdade de mercado e de comércio. Essas ideias tornaram-se fortes devido à crise de acumulação do capital na década de 1980 (HARVEY, 2008, p. 70).

Outros autores que analisaram de forma crítica o conceito de responsabilidade social empresarial foram Belizário e Lopes (2004), cujas formulações vão mais ao encontro de nossa visão acerca da responsabilidade social, ou seja, daquela que é efetivamente praticada no âmbito das empresas. Para as autoras, a responsabilidade social empresarial refere-se a ações que se apresentam muito mais como um mecanismo de escamoteamento do real, de disfarce, daquilo que, realmente, as empresas provocam

³ Documento eletrônico.

na sociedade.

Os pensamentos de Melo Neto e Fróes (2001) também estão pautados numa perspectiva crítica dos estudos acerca da responsabilidade social empresarial não acreditando, portanto, que as reais intenções dos empresários sejam apenas oferecer a devolutiva para a sociedade por ela ter auferido a sua atuação no meio social. O que os autores afirmam é que a devolutiva à sociedade é dada com o objetivo real do lucro; ou seja, veiculando informações de que a empresa tem preocupações com o meio socioambiental, as pessoas podem ser sensibilizadas com a ação da empresa e, com isso, passam a ter fidelidade para com os seus produtos na hora da compra. Portanto, podemos perceber que, na literatura acerca da responsabilidade social empresarial, não se tem consenso acerca da abrangência do conceito, conforme aponta Oliveira (1984, p. 204):

Para uns, é tomada como uma responsabilidade legal ou obrigação social; para outros, é o comportamento socialmente responsável em que se observa a ética, e para outros ainda, não passa de contribuições de caridade que a empresa deve fazer. Há também os que admitem que a responsabilidade social é, exclusivamente, a responsabilidade de pagar bem aos empregados e dar-lhes bom tratamento. Logicamente, responsabilidade social das empresas é tudo isto, muito embora não sejam somente estes itens isoladamente.

A questão que nos fica neste momento é: por que não se percebe uma melhora real na qualidade de vida da população com um maior discurso de “responsabilidade social” das empresas na sociedade? Este fato vem a corroborar a afirmação de Belizário e Lopes (2004) de que as empresas divulgam o selo de socialmente responsável como mecanismo de acortinar suas reais intenções na sociedade, ou seja, de escamotear a intenção do lucro. Podemos perceber, também, que a informação que a população tem acesso, por meio dos sítios corporativos, está muitas vezes deformada em favor dos interesses dos empresários, os quais se utilizam dos aparatos tecnológicos para divulgarem informações da forma que lhes melhor aprouver.

Na década de 1970 surgiram as primeiras organizações de defesa do consumidor no Brasil, bem como ocorreu a aprovação do Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, que foram marcos do início do pensamento nas questões acerca de responsabilidade social no país. Em concomitância com a expansão das multinacionais, originárias da Europa e dos Estados Unidos, o que promoveu choques culturais, iniciaram-se questionamentos quanto às organizações e suas obrigações sociais (FRAZÃO; COSTA; NEVEZ, 2007).

Com o objetivo de estimular a responsabilidade social das empresas, foram criados diversos instrumentos de certificação nos últimos anos. Na verdade, na maioria dos casos esses selos

de responsabilidade social empresarial também servem como mecanismo de publicidade para as empresas. Portanto, com essas informações acerca da responsabilidade social veiculadas pela mídia, em seus mais diversos suportes, assediando cotidianamente a sociedade, conforme afirmamos em discussões anteriores, propaga a ilusão de que há uma ampliação do acesso à informação, todavia, esse acesso é altamente influenciado pelos aparatos tecnológicos que deformam a informação em favor de determinados interesses (MORAES; SILVA; SILVA NETO, 2009). É, pois, diante desse cenário, que buscamos encontrar algumas repostas acerca da responsabilidade social do bibliotecário em relação a esse fluxo de informações produzido constantemente pela sociedade.

3 Responsabilidade social e formação/atuação de bibliotecários

A responsabilidade social é uma postura que deveria passar as atividades de quaisquer profissionais, entre elas, a do bibliotecário. A discussão acerca da responsabilidade social do bibliotecário não é recente, ela surge em concomitância com as discussões acerca da responsabilidade social empresarial, ou seja, na década de 1950. Em nossas primeiras buscas acerca da responsabilidade social do bibliotecário encontramos Broadfield⁴ (1949 apud CYSNE, 1993, p. 30) para quem “[...] a responsabilidade social do bibliotecário resulta em que o acesso à informação não deve ser obstaculizado nem pela sociedade, nem pela religião, muito menos pelo Estado.”

Se a discussão não é recente, a prática da responsabilidade social do bibliotecário o é menos ainda, haja vista que, historicamente, a responsabilidade do profissional da informação, em específico, do bibliotecário, estava voltada aos cuidados do acervo, e, conforme Du Mont (1991, p. 24) “os bibliotecários viam que sua maior responsabilidade estava na coleção; cuidar dos materiais que estavam no edifício da biblioteca.” Essa visão permaneceu na prática dos bibliotecários e no imaginário popular durante muito tempo, todavia, o que se percebe é que a prática desse profissional vem mudando e tomando novas configurações na contemporaneidade, no sentido de promover a mediação e o acesso às informações.

Atualmente, o bibliotecário tem sua prática pautada na preocupação com o indivíduo e/ou com o grupo e com suas necessidades de informação. A população ainda é carente do acesso a bens e serviços essenciais e a mediação da informação seria um dos mecanismos para solucionar tal problemática. A prática do bibliotecário vem pautando-se na mediação de informações desde a sua origem, e, como tal, pode vir a colaborar com que se vença o aumento da concentração de renda por aqueles que possuem o

⁴ BROADFIELD, A. **A Philosophy of librarianship**. London: Grafton, 1949.

fio, tal qual Teseu o tinha, como forma de chegar às informações desejadas sem se perder. Portanto, a responsabilidade social do bibliotecário deixa de ser centrada na organização do acervo para dar conta, cada vez mais, dos processos de mediação da informação, e o objeto de preocupações da Biblioteconomia, conforme Cysne (1993, p. 53), deixa de ser somente a “organização de documentos com vistas à sua preservação, e se desloca para a difusão da informação” e, complementando, o objeto da Biblioteconomia e da Ciência da Informação deixa de ser a organização de suportes informacionais (documentos) para ser a mediação da informação, conforme aponta Almeida Júnior (2009).

■
5 WASSERMAN, Paul. Need for change. In: _____. The new librarianship: a challenge for a change. New York: Bowker, 1972. Cap. 1. p. 3-24.

Outro autor que já afirmara que o bibliotecário é um mediador de informações é Wassenman⁵ (1972 apud CYSNE, 1993), para quem esse papel de mediador depende de uma ação política do profissional, que tanto pode ser em direção à transformação social, quanto para a reprodução da situação vigente. Portanto, de intermediário da informação, passando a gestor de conhecimento, mediador informacional e pedagógico, aos poucos o bibliotecário incorpora uma nova posição, atuando como líder e agente educacional de transformação (DUDZIAK, 2007).

Diante das discussões acerca da responsabilidade social do bibliotecário, podemos começar a ter um fio condutor de nossas ideias acerca de quais seriam as ações do bibliotecário enquanto mediador de informações e de culturas. O bibliotecário diante do novo contexto informacional atua na regulação do fluxo de informações presentes na sociedade, de forma a mapear os pontos de utilização da informação, identificando onde há falta de informação e onde há excessos. Analisando as informações, seus tipos e formatos, ele fabrica produtos informacionais, para a sociedade e organizações, tendo em vista a utilização das informações visando o livre fluxo. É nesse sentido que Vergueiro⁶ (1988 apud CYSNE, 1993) afirma que o papel do bibliotecário é aumentar o uso e a satisfação das necessidades de informação de determinada camada social, utilizando as mais sofisticadas técnicas e os meios mais avançados de armazenagem e recuperação de informações. Portanto, os bibliotecários, profissionais que privilegiam a informação no seu fazer cotidiano, têm um papel importante a cumprir na sociedade do conhecimento (SILVA; CUNHA, 2002).

■
6 VERGUEIRO, Waldomiro de Castro. Biblioteconomia e mudança social: por um bibliotecário ao lado do povo. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 207-215, jul./dez. 1988.

Os espaços de atuação dos bibliotecários vêm se ampliando à medida que, conforme Valentim (2010), as organizações passam a ter como elemento constitutivo a informação, a qual perpassa todas as atividades do indivíduo dentro das organizações. Portanto, para a autora, não existe ambiente informacional sem haver fluxos de informação e, dependendo da forma como estes fluxos estão presentes na organização, eles a caracterizarão. Se todas as

organizações são constituídas de informação em forma de fluxos e o bibliotecário é o elo entre a informação e o usuário, quais seriam os papéis estratégicos do bibliotecário nas atividades de mediação da informação? E o que seria mediação? Para buscar um maior entendimento acerca das atividades de mediação iremos tecer um diálogo com Almeida (2008, p. 3), para quem:

A ideia de mediação acaba por cobrir coisas tão diferentes entre si, que vão das velhas concepções de "atendimento ao usuário" à atividade de um agente cultural em uma dada instituição - museu, biblioteca, arquivo, centro cultural -, à construção de produtos destinados a introduzir o público num determinado universo de informações e vivências (arte, educação, ecologia, por exemplo), à elaboração de políticas de capacitação ou de acesso às tecnologias de informação e de comunicação, etc. Desse modo, uma definição consensual de mediação parece impraticável: sempre contextualizada, torna-se um conceito plástico que estende suas fronteiras para dar conta de realidades muito diferentes entre si.

Desse modo, a partir da conceituação de Almeida (2008) e de Valentim (2010), podemos ter uma noção de qual seria o papel de mediador do bibliotecário nas organizações. O bibliotecário no 'nível estratégico' de uma empresa atua no ambiente organizacional voltado à elaboração de políticas, planos e planejamentos, à tomada de decisão estratégica e ao estabelecimento de estratégias de médio e longo prazo. Por exemplo, atua na prospecção e monitoramento do mercado e da concorrência, das inovações tecnológicas, busca informações acerca dos clientes, etc. No 'nível tácito' o bibliotecário estabelece programas de ação, elabora normas de procedimentos, estabelece cronogramas de atividades, controle de qualidade, acompanha gastos e custos de produção, entre outros. Assim, as informações relacionadas à tecnologia, mercado financeiro, comércio e legislação são fundamentais. No nível 'operacional' executa tarefas cujo enfoque é voltado ao controle e manutenção de máquinas e equipamentos, aplicação de normas e especificações, utilização de manuais de procedimentos, cumprimento de cronogramas de produção, etc. (VALENTIM, 2010).

Portanto, em cada um desses níveis, o bibliotecário atua como um mediador na realidade documental da organização. No 'nível estratégico', realiza o mapeamento nos diversos setores da organização, coletando dados consistentes para conhecer as características da informação orgânica existente, ou seja, esta é a etapa do diagnóstico do ambiente informacional, o que pode ser feito com base no organograma da instituição. É nesta etapa que se conhece a estrutura da organização por meio de seus documentos e se conhece cada produtor documental tendo em vistas uniformizar a produção de documentos em meio analógico e/ou digital. No 'nível tácito' elaboram-se documentos em meio eletrônico/digital, criando cópias e automatizando a vida útil do documento, contribuindo, desta forma, para tornar os fluxos de

informações mais ágeis e seguros (VALENTIM, 2010).

É no contexto de ampliação das funções do bibliotecário que Milano e Davok (2009) realizaram um estudo de caso acerca da atuação dos bibliotecários brasileiros em sua prática profissional e identificaram as áreas em que estes profissionais se encontram atuando enquanto bibliotecários, concluindo que a atuação do bibliotecário brasileiro vem sendo constantemente delimitada e ao mesmo tempo ampliada para além dos ambientes tradicionais de atuação desses profissionais. Conforme apontou-nos Cysne (1993), o objeto de trabalho do bibliotecário é a informação e, como a informação na contemporaneidade está presente na sociedade em forma de fluxos, então, o papel do bibliotecário é ser o mediador do acesso à informação.

4 Resultados e discussão

As diretrizes do MEC para os cursos de Biblioteconomia (BRASIL, 2001)⁷ propõem que:

[...] os egressos dos referidos cursos deverão ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural etc.

Nessa diretriz podemos perceber que vislumbra a ampliação dos locais de atuação do bibliotecário e visualiza a sua atuação como mediador de informações e de culturas. Para tanto, o bibliotecário deve possuir uma vasta cultura geral, para poder atuar de fato como mediador entre a informação e o seu público. Nos centros culturais, pode promover ações e eventos culturais, utilizar as tecnologias para a cooperação entre as bibliotecas, para a promoção de uma sociedade mais plural. Neste ínterim, percebemos que o bibliotecário pode pautar a sua prática enquanto mediador e agente social de transformação, incorporando uma nova posição na sociedade (BRASIL 2001).

Essa orientação vai ao encontro daquela que sugere que o bibliotecário:

reflita criticamente sobre a realidade que o envolve, buscando o aprimoramento contínuo e observando padrões éticos de conduta e que a formação do bibliotecário esteja em consonância com a realidade ao seu redor. (BRASIL, 2001)⁸

Ou seja, o bibliotecário deve estar imerso na realidade na qual ele se encontra como forma de, por meio da facilitação do acesso à informação, possibilitar que os sujeitos que buscam a informação emirjam na realidade na qual se encontram como forma de transformar a realidade ao seu redor. Essa transformação pode ser alcançada a partir do momento em que as atividades de mediação da informação sejam cada vez mais delimitadas nos currículos de formação do bibliotecário e o início desse deline-

■
⁷ Documento eletrônico.

■
⁸ Documento eletrônico.

amento pode ser dado tomando-se como norte a conceituação de Almeida (2008) para esse conceito.

Essa ideia vem corroborar com as teorias curriculares e educacionais de Paulo Freire (1959, 1983, 2005), uma vez que o mesmo afirma que o planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem de responder às marcas e aos valores desta sociedade e que, só desta forma, o processo educacional pode funcionar, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança. Portanto, a criticidade do sujeito não se pauta apenas em não concordar com o que está posto, mas também em dar continuidade e buscar aprimorar aquilo que está dando certo.

Outra questão a ser colocada refere-se à ética e responsabilidade social no âmbito das organizações, pois, de forma indireta, as diretrizes do MEC tratam da questão, principalmente, quando afirmam que se deve “[...] observar padrões éticos de conduta [...]” todavia, não delinea quais são esses padrões éticos, tendo em vista que este se tornou um conceito fluido na contemporaneidade (BRASIL, 2001)⁹. Conforme discutimos anteriormente, a ética na sociedade contemporânea, assim como a responsabilidade social empresarial, está posta na medida do lucro. Ou seja, esquecem-se das atitudes éticas quando o lucro das organizações está ameaçado. Portanto, para a formação do bibliotecário, a ética e a responsabilidade social que propomos é aquela que se pauta na observação de que a informação para a cidadania é um patrimônio da humanidade e, como tal, a humanidade tem de ter acesso a elas. É esse o papel do bibliotecário hodiernamente, ou seja, facilitar o acesso, mediar a informação para os cidadãos, como forma de que eles tenham insumos para exercer a sua cidadania, o que vai ao encontro da proposta de “[...] responder às demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.” (BRASIL, 2001)¹⁰.

Na formação do bibliotecário, as tecnologias de informação e de comunicação são um espaço privilegiado de mediação da informação, pois as informações podem ser mediadas sem impedimentos espaços-temporais e, dessa forma, serem utilizadas, por exemplo, sob a forma de listas de discussão que, na atualidade, são realizadas por meio da internet. Essa é uma das ferramentas que a contemporaneidade possui e que pode ser usada para uma ampliação das possibilidades de aprofundamento da capacidade de reflexão dos sujeitos e como espaço de exercício da participação, da ressignificação do seu papel de sujeito social, de cidadão e ator de sua própria história.

A internet pode ser utilizada para a organização de movimentos sociais em escala local e global, devido à mobilidade que ela propicia, pois pode ser um espaço privilegiado de ação e organização dos movimentos sociais. Por exemplo, o movimento

■
⁹ Documento eletrônico.

■
¹⁰ Documento eletrônico.

do *software* livre, o qual é um movimento informacional que defende o livre pensar, o acesso à informação e a socialização do conhecimento, pois os programas podem ser desenvolvidos coletivamente e/ou aperfeiçoados coletivamente. Portanto, esse movimento contribui com a ideia de uma sociedade em rede, tal qual proposta pelo sociólogo Manuel Castells (1999) em seu *A Sociedade em rede*. Esse é apenas um exemplo ligado a movimentos sociais que são propiciados em escala global devido às possibilidades das tecnologias da informação e comunicação (TICs).

Outros casos referem-se à dinâmica das redes que foram apropriadas pelos Bancos Comunitários que estão espalhados pelo País e que se mostram uma alternativa à ordem econômica vigente e criam moedas próprias e mercados alternativos, ou até mesmo os movimentos na rede para que determinada lei seja ou não aprovada, como o caso que vimos recentemente no Brasil em relação ao Novo Código Florestal.

Daí a própria diretriz do MEC afirmar a importância de o bibliotecário se apropriar de conhecimentos concernentes ao “[...] processamento da informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação, além de realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação.” (BRASIL, 2001)¹¹.

Sabemos, pois, que dependendo da forma como se processa a informação, o consulente terá, ou não, acesso à informação demandada ao sistema. Daí a importância de o bibliotecário ser efetivamente não mais apenas o organizador do volume informacional, mas também de servir de intermediário, elaborando novos produtos e políticas informacionais que possibilitem ao público se inserir no universo de informação produzida socialmente.

Essa diretriz aponta as questões concernentes à organização e mediação de informações para a formação do bibliotecário brasileiro e, em conjunto com outras diretrizes por ele apontadas e por nós já analisadas como “[...] observar padrões éticos de conduta [...]”, podemos afirmar que a responsabilidade social do bibliotecário em relação à mediação e à organização dos produtos informacionais está contemplada nas diretrizes do MEC (BRASIL, 2001)¹².

Já em relação à análise das Diretrizes da ABECIN analisamos apenas o documento *Projeto Pedagógico e Avaliação da Graduação: referências para a renovação e ressignificação do ensino em Biblioteconomia/Ciência da Informação* o qual foi elaborado a partir da Oficina de Trabalho de São Paulo sediada pelo Departamento de Biblioteconomia e Documentação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo em 2001.

■
¹¹ Documento eletrônico.

■
¹² Documento eletrônico.

A primeira diretriz que analisamos refere-se àquela que afirma que os cursos devem:

oferecer disciplinas de formação geral, específica e de natureza instrumental para capacitar o egresso, numa perspectiva de formação integral, para atuar com competência, de modo a responder às demandas sociais, mais especificamente como gestor e mediador da informação, por meio das disciplinas associadas às quatro áreas curriculares, considerando o nível específico de formação (ASSOCIAÇÃO..., 2001)¹³.

Podemos inferir desta diretriz que ela contempla o bibliotecário enquanto um mediador e que esse trabalho demanda desse profissional uma atitude socialmente responsável, haja vista que, dependendo de como esse profissional trata a informação, ele pode se tornar ou um mediador, ou um guardião da informação. Enquanto mediador ele pode se tornar um interagente na inclusão dos socialmente excluídos, principalmente, a partir de um maior delineamento acerca de quais seriam as práticas de mediação da informação, cujas discussões podem ser iniciadas a partir da conceituação do termo realizado por Almeida (2008).

Outra questão a se colocar é em relação ao papel do bibliotecário no acesso à informação, ou seja, como o bibliotecário pode atuar nas questões de mediar, de fazer veicular as informações verdadeiras para que o cidadão tenha conhecimento de quando uma informação não é verdadeira. Com a proliferação das mídias, que nos assediam nas mais diversas formas, o bibliotecário poderia atuar como um filtro entre essas informações e os mais diversos segmentos sociais. É nesse sentido que a ABECIN afirma que:

[...] isso lhes pressupõe clareza no reconhecimento da dimensão social da profissão, bem como uma atuação solidária - e não apenas competitiva, tal como tem induzido a ideologia hegemônica - voltada para modificar o meio onde atua, de modo a buscar reduzir desigualdades. (ASSOCIAÇÃO..., 2001)¹⁴

Portanto, a pedra-de-toque é definir com clareza os novos horizontes da formação e da atuação do bibliotecário diante do novo contexto informacional. Para a efetivação desta ação, é necessário delinear um novo pensar acerca da prática e da formação dos bibliotecários na contemporaneidade, como forma de que a responsabilidade social do bibliotecário não seja pautada apenas no cuidado com o seu acervo como outrora. Para tanto, a ABECIN afirma que os cursos de Biblioteconomia devem:

[...] capacitar o egresso, numa perspectiva de formação integral, para atuar com competência, de modo a responder às demandas sociais, mais especificamente como gestor e mediador da informação, por meio das disciplinas associadas às quatro áreas curriculares, considerando o nível específico de formação (ASSOCIAÇÃO..., 2001)¹⁵

A partir da última diretriz supracitada percebemos que há uma maior preocupação da ABECIN não apenas com as questões concernentes à organização da informação, mas também, com

¹³ Documento eletrônico.

¹⁴ Documento eletrônico.

¹⁵ Documento eletrônico.

os aspectos ligados à mediação da informação e, dentro desses dois conteúdos que estão presentes nas suas diretrizes, com a responsabilidade social do bibliotecário. Portanto, os conteúdos acerca da prática de organização e de mediação da informação nos documentos relativos à formação do bibliotecário brasileiro não são inseridos nos documentos do MEC e da ABECIN a partir de uma visão neutra acerca destas práticas. Pelo contrário, está contida nesse documento, de forma explícita, a mesma visão de Paulo Freire (1959, 1983, 2005) acerca de mediação, ou seja, como um ato de inserção crítica na realidade social, como forma de o bibliotecário auxiliar os sujeitos do processo comunicativo-informacional a emergir dessa realidade e inserir-se nela de forma crítica. Portanto, as práticas de mediação da informação delineadas por Almeida (2008) poderiam ser complementadas com as de Freire (1959, 1983, 2005) e discutidas no âmbito da formação de bibliotecários.

5 Considerações finais

A formação de bibliotecários vem tomando novas configurações neste novo século e, portanto, passamos a perceber que estão cada vez mais presentes os conteúdos relativos à responsabilidade social nos documentos que buscam dar um direcionamento à formação desse profissional. Esses conteúdos estão contemplados tanto nas diretrizes do MEC quanto da ABECIN, principalmente, em relação aos conteúdos relativos à organização e à mediação da informação, pois esses documentos afirmam constantemente que, à sociedade, deve ser mais garantido o acesso à informação.

Portanto, esses documentos têm uma abordagem interessante em relação à responsabilidade social, pois não afirmam que seria importante uma disciplina de ética e/ou responsabilidade social nos currículos de formação dos bibliotecários, mas sim, que estes assuntos, na medida do possível, estejam contemplados, de modo transversal, em todas as disciplinas do currículo, inclusive nas relativas à organização e mediação da informação.

É nesse cenário de reconfigurações político-sociais, de ampliação dos campos de atuação e de reformulação dos currículos de formação do bibliotecário brasileiro, que afirmamos ser cada vez mais importante que os conteúdos relativos à ética e à responsabilidade social estejam contemplados nas mais diversas disciplinas de formação do bibliotecário. Todavia, não uma ética voltada aos interesses dos empresários, dos acionistas, mas uma ética e uma responsabilidade social voltada para os cidadãos; daí a importância de não se discutir esses temas apenas no âmbito de uma única disciplina, mas sim, em todas as disciplinas do currículo, no sentido de formar um profissional de perfil ético e socialmente responsável.

The Social responsibility in the brazilian librarian's formation

ABSTRACT

It evidences the importance of researches around the school curricula, with the objective of understanding the knowings and the practices meditated in them. The text takes as analytical axis the themes of the organization and mediation of the information presents in the texts concerning to the librarians' formation in Brazil. Therefore, it analyzes the documents of Ministry of Education (MEC) and of the Brazilian Association of Education in Information Science (ABECIN), regarding the new formative models of librarians, trying to visualize if, in their content, there are contemplated subjects regarding the social responsibility. The results affirm that it is important that the contents relative to the ethics and the social responsibility are contemplated in several disciplines of the librarian's formation, a social responsibility that is practiced returned for the users.

KEYWORDS: Librarian's formation. Mediation of the information. Organization of the information. Social responsibility.

Responsabilidad social en la formación de bibliotecarios en Brasil

RESUMEN

Este estudio destaca la importancia de la investigación de programas escolares de cursos de Bibliotecología con el objetivo de entender los conocimientos y prácticas que están relacionadas en los mismos. El texto tiene como eje analítico temas de organización y mediación de información presentes en textos relacionados a la formación de bibliotecarios en Brasil. Por lo tanto, son analizados documentos del Ministerio de Educación (MEC) y de la Asociación Brasileña de Educación en Ciencias de la Información (ABECIN), referente a los nuevos tipos de formación de bibliotecarios, tratando de analizar si en su contenido son incluidos temas de responsabilidad social. Los resultados afirman que está siendo cada vez más importante que contenidos relacionados con ética y responsabilidad social sean abordados en las diferentes asignaturas de formación del bibliotecario, pero no como una responsabilidad social que es puesta en práctica por la mayoría de los empresarios, si no, mas bien enfocada para los usuarios.

PALABRAS CLAVE: Formación de los bibliotecarios. Mediación de la información. Organización de la Información. Responsabilidad social.

Referências

- ALMEIDA, M. A. de. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tend. Pesqui. Bras. Ciênc. Inf.**, João Pessoa, v. 1, n. 1, 2008.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesq. Bras. Ci. Inf.**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.
- ASHLEY, P. A. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Projeto pedagógico e avaliação da graduação: referências para a renovação e ressignificação do ensino em Biblioteconomia/Ciência da Informação. In: OFICINA DE TRABALHO DE SÃO PAULO, 2001, São Paulo. Disponível em: <<http://www.abecin.org.br/portal/abecin/main.php?sl=docabe>>. Acesso em: 15 fev. 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BELIZÁRIO, F. B.; LOPES, F. T. P. Deontologia da responsabilidade social: uma proposta de intersecção entre o funcionalismo e o marxismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2004. 1 CD ROM.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares para os cursos de graduação**. 2001. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/Sesu/diretriz.shtm>>. Acesso em: 10 maio 2009.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CYSNE, F. P. **Biblioteconomia: dimensão social e educativa**. Fortaleza: EUFC, 1993.
- DU MONT, R. R. Ethics in librarianship: a management model. **Library Trends**, Champaign, Ill., v. 40, n. 2, p. 201-215, Fall 1991.
- DUDZIAK, E. A. O Bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 88-98, jun. 2007.
- FRAZÃO, M.; COSTA, S. S.; NEVES, F. N. A dimensão ética da responsabilidade social nas organizações. **Maiêut. Dig. R. Fil. Ci. Afins**, Salvador, v. 1 n. 23, p. 196-210, set.2006/abr. 2007.
- FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira**. 1959. 139p. Tese (Concurso público para a cadeira de História e Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes de Pernambuco)- Universidade Federal do Recife, Recife, 1959.
- _____. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- HARVEY, D. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- MELO NETO, F. P.; FRÓES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MILANO, M. C. D.; DAVOK, D. F. Consultor de informação: serviços prestados por empresas de consultorias nas áreas de Biblioteconomia e Gestão da Informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 253-278, jan./jun., 2009.

MORAES, M. B.; SILVA, J. L.C.; SILVA NETO, C. Um pouco da história do sindicalismo brasileiro e a organização sindical do bibliotecário. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, ano XVIII, n. 43, p. 47-59, jan. 2009.

OLIVEIRA, J. A. Responsabilidade social em pequenas e médias empresas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 203-210, out./dez. 1984.

SILVA, E. L.; CUNHA, M. V. A Formação profissional no século XXI: desafios e dilemas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 77-82, set./dez., 2002.

VALENTIM, M. L. P. **Ambientes e fluxos de informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

Marielle Barros de Moraes

Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP).

Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Bacharel em Biblioteconomia.

E-mail: marielledemoraes@yahoo.com.br

Elaine de Oliveira Lucas

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP).

Professora do Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

E-mail: lani@udesc.br

Recebido em: 01/11/2011

Aceito em: 08/06/2012